

Município de : Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2028
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	5,78%	5,80%	4,60%	4,00%	4,00%	4,00%
VARIAÇÃO DO PIB	2,90%	1,20%	2,50%	2,00%	2,00%	2,00%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	4,55%	0,77%	6,04%	3,79%	3,53%	4,45%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	1,68%	-6,01%	7,60%	1,09%	0,89%	3,19%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	27,46%	-0,85%	14,34%	13,65%	9,05%	12,35%
CRESC. REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	-0,12%	5,63%	7,46%	4,32%	5,80%	5,86%
CRESC. REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	4,06%	-7,95%	-4,69%	-2,86%	-5,17%	-4,24%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL (acima do IPCA) - EXECUTIVO	1,40%	2,50%	1,65%	0,00%	0,00%	0,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - (acima do IPCA) LEGISLATIVO	1,40%	0,12%	1,65%	0,00%	0,00%	0,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-48,81%	-6,77%	-3,09%	-19,56%	-9,81%	-10,82%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	9,15%	13,65%	12,50%	10,00%	9,00%	8,75%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	5,39	5,16	5,15	5,20	5,20	5,27

1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/especie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.
2 - Os percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Selic e Taxa de Câmbio foram extraídos do "Relatório Focus" divulgado pelo Banco Central do Brasil

Município de : Barão

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas - EXCETO RPPS

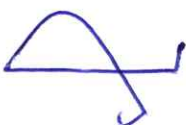
CÓDIGO até 2022		CÓDIGO a partir de 2023	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS		ARRECADADA 2022	ARRECADADA 2023	ARRECADADA 2024	REESTIMADO 2025	PROJEETADO 2026	PROJEETADO 2027	PROJEETADO 2028
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.0.0.0.0.0.0		Receitas Correntes		39.708.381,61	43.288.014,91	50.365.901,13	53.131.200,00	57.350.135,90	60.966.165,76	65.372.702,77
1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.0.0.0.0.0		Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.123.319,24	4.198.630,52	4.480.489,29	4.870.000,00	5.605.649,96	6.367.268,41	7.427.812,71
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	1.1.1.3.03.1.0		IRPJ e Retido no Trabalho - Principal - Alíquotas do Poder Executivo/Indiretas		592.761,35	1.033.695,04	1.186.382,48	1.500.000,00	1.612.197,17	1.828.398,17	2.136.255,16
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	1.1.1.3.03.1.0		IRPJ e Retido no Trabalho - Principal - Alíquotas do Poder Legislativo		24.192,84	271,43	6.920,43	50.000,00	23.748,08	26.932,35	31.467,59
1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.1.0.0.0.0		Diversas Impostos		2.203.843,76	2.417.000,62	2.687.656,15	3.000.000,00	3.522.956,08	3.985.310,14	4.698.095,51
1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.2.0.0.0.0		Taxas		302.319,50	187.704,52	136.558,46	220.000,00	236.789,62	268.515,82	313.732,22
1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.3.0.0.0.0		Contribuição de Melhoria		201,89	560.958,91	388.961,77	200.000,00	210.000,00	228.157,82	278.282,23
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.0.0.0.0.0		Contribuições		241.728,22	290.230,99	323.922,52	370.000,00	383.743,97	407.076,60	431.825,60
1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.0.0.0.0		Contribuições Sociais		-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.0.0.0.0		Contribuição para os Fundos de Assistência Médica		-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.99.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.99.0.0		Outras Contribuições Sociais		-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.8.00.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.8.00.0.0		Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios		-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.2.0.0.0.0		Contribuições Econômicas		-	-	-	-	-	-	-
1.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.4.0.0.0.0		Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		241.728,22	290.230,99	323.922,52	370.000,00	383.743,97	407.076,60	431.825,60
1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.0.0.0.0.0		Receita Patrimonial		1.034.462,21	319.001,99	485.046,18	680.000,00	632.892,39	665.292,15	699.661,92
1.3.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.1.0.0.0.0		Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.0.0.0.0		Valores Mobiliários		700.581,65	319.001,99	485.046,18	680.000,00	632.892,39	665.292,15	699.661,92
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	1.3.2.1.01.0.0		Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal		273.419,28	264.460,86	339.736,72	360.000,00	375.596,43	398.400,87	422.623,84
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	1.3.2.1.01.0.0		Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal		427.162,37	54.541,13	155.311,46	200.000,00	157.325,87	168.991,28	177.038,27
1.3.2.1.00.5.0.0.0.0.0.0	1.3.2.1.05.0.0		Juros de Títulos de Renda		-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.2.0.0.0.0		Dividendos		-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.9.99.0.0		Outros Valores Mobiliários		-	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.3.0.0.0.0		Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença		-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.6.1.00.0.0		Cessão de Direitos		333.880,96	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.9.0.0.0.0		Diversas Receitas Patrimoniais		-	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.4.1.1.01.0.0		Receita Agropecuária		-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.5.1.1.01.0.0		Receita Industrial		-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.6.0.0.0.0.0		Receita de Serviços		488.625,04	577.510,55	680.163,10	700.000,00	756.291,89	802.274,43	851.052,72
1.6.4.0.1.1.0.0.0.0.0.0	1.6.4.1.01.00		Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. e Repasse para Programas de Desenv. Econômico		-	-	-	-	-	-	-
1.6.4.0.3.1.0.0.0.0.0.0	1.6.4.1.03.00		Diversas Serviços		488.625,04	577.510,55	680.163,10	700.000,00	756.291,89	802.274,43	851.052,72
1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.0.0.0.0.0		Transferências Correntes		-	-	-	-	-	-	-
1.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.0.0.0.0		Transferências de União e de suas Entidades		34.590.290,77	37.523.773,59	43.793.021,92	46.129.200,00	49.484.999,37	52.224.217,41	55.427.328,04
1.7.1.6.01.2.0.0.0.0.0.0	1.7.1.6.1.0		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal		17.205.875,20	18.590.444,67	21.722.068,43	23.318.200,00	24.442.550,50	26.654.119,45	29.091.525,72
1.7.1.6.01.3.0.0.0.0.0.0	1.7.1.6.1.2		Cota-Parte do Fundo de Participação do Município - 1% Cota entregue no mês de dezembro		12.848.517,28	13.227.409,97	15.334.104,96	17.100.000,00	18.205.986,96	20.035.231,09	22.066.005,72
1.7.1.8.01.4.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.1.51.3.0		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de junho		563.764,97	727.821,82	673.635,33	716.000,00	846.719,71	933.902,51	1.028.199,54
1.7.1.8.01.5.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.1.52.0.0		Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural		624.110,67	581.708,91	909.123,66	1.000.000,00	988.424,64	1.087.629,31	1.197.484,29
1.7.1.8.02.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.2.0.0.0		Transferência de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais		8.448,10	8.975,26	10.187,25	11.000,00	12.038,25	13.246,49	14.584,00
1.7.1.8.03.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.3.00.0.0		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasse Fundo a Fundo		311.757,19	295.632,87	307.394,94	373.000,00	385.056,14	423.704,97	469.466,87
1.7.1.8.12.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.50.0.0		Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.820.304,86	2.284.309,86	2.653.606,01	2.018.200,00	2.020.000,00	2.100.800,00	2.184.832,00
1.7.1.8.05.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.00.0.0		Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FUNDE		207.887,48	171.443,90	138.934,72	200.000,00	194.632,27	202.417,56	210.514,26
					526.517,78	694.377,40	725.986,39	800.000,00	850.403,59	884.419,74	919.786,53

Valores em R\$ 1,00

2.9.0.00.0.0.00.00.00	2.9.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.00.1.01.00.00	2.9.9.99.0.0	Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.00.1.1.02.00.00	1.3.2.1.01.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	-	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.00.0.0.00.00.00	7.0.0.00.0.0	Receitas Correntes Interoportamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-
	7.0.0.00.0.0	Receitas Correntes Interoportamentárias - Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-
	7.0.0.00.0.0	Receitas Correntes Interoportamentárias - Financeiras / Não Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.00.0.0.00.00.00	8.0.0.00.0.0	Receitas de Capital Interoportamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-
	8.0.0.00.0.0	Receitas de Capital Interoportamentárias - Primárias	0.00	0.00	-	-	-	-	-	-
	8.0.0.00.0.0	Receitas de Capital Interoportamentárias - Financeiras / Não Primárias	0.00	0.00	-	-	-	-	-	-
6.2.1.3.0.00.00.00.00	6.2.1.3.0.00.00	(R) Deduções da Receita - Digitar com sinal negativo	-4.316.763,77	-5.201.506,28	-6.153.791,94	-6.477.200,00	-6.996.267,22	-7.317.290,24	-7.703.786,26	-
6.2.1.3.0.00.00.00.00	6.2.1.3.0.00.00	Deduções da Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (digitar com sinal negativo)	0.00	-84.330,09	-49.111,20	-15.000,00	(10.000,00)	(10.400,00)	(10.816,00)	-
6.2.1.3.1.01.00.00.00	6.2.1.3.1.01.00	Deduções para o FUNDEB	-4.316.763,77	-5.117.176,19	-6.104.680,74	-6.482.200,00	-6.986.267,22	-7.306.890,24	-7.698.864,26	-
6.2.1.3.0.00.00.00.00	6.2.1.3.0.00.00	Deductions da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)	0.00	0.00	0.00	0.00	-	-	-	-
6.2.1.3.0.00.00.00.00	6.2.1.3.0.00.00	Deductions da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)	0.00	0.00	0.00	0.00	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS			39.580.532,50	44.176.922,01	49.339.326,14	54.606.000,00	55.831.527,52	56.895.105,38	61.006.492,61	-

7

Município de : Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar - Exceto Despesas do RPPS



											Valores em R\$ 1,00	
Código	Descrição	PAGA 2022	PAGA 2023	PAGA 2024	PAGA(Estim) 2025	PROJETADO 2026	PROJETADO 2027	2028	PROJETADO			
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	31.691.187,97	36.360.861,66	37.433.305,96	40.100.000,00	43.690.262,10	46.420.100,22	50.107.066,17				
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.222.820,89	14.776.810,19	15.046.158,23	16.165.000,00	17.673.742,13	18.029.938,70	20.672.428,21				
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	12.624.073,44	14.125.882,69	14.420.966,49	15.450.000,00	16.986.725,63	18.181.453,88	19.750.709,98				
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Restos a Pagar Pagos	598.747,45	650.917,50	624.191,74	705.000,00	788.016,50	848.484,82	921.718,24				
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-				
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	660.729,43	1.111.828,78	723.002,52	1.885.000,00	2.500.000,00	2.725.000,00	2.963.437,50				
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	550.729,43	1.111.828,78	723.002,52	1.885.000,00	2.500.000,00	2.725.000,00	2.963.437,50				
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-				
3.2.91.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-				
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.917.637,65	19.472.222,69	21.665.145,21	22.060.000,00	23.606.608,97	24.665.161,62	26.471.199,46				
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	17.865.094,98	19.391.135,98	21.578.530,02	22.000.000,00	23.417.659,09	24.571.931,12	26.371.142,52				
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos	52.542,67	81.086,71	86.615,19	60.000,00	88.958,88	93.230,40	100.056,94				
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-				
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	9.821.980,98	6.228.005,23	8.680.305,68	10.905.000,00	10.036.275,52	9.667.216,13	9.049.084,66				
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	9.172.048,90	6.337.369,16	7.736.639,95	8.836.000,00	8.636.275,52	8.007.216,13	7.428.684,66				
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executivo / Indiretas	8.163.150,90	5.210.475,41	7.710.415,95	8.800.000,00	8.516.275,52	7.988.455,69	7.409.284,37				
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos	8.888,00	128.883,75	26.224,00	35.000,00	20.000,00	18.760,44	17.400,29				
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-				
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-				
4.5.00.00.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-				
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-				
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-				
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-				
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	649.932,08	890.646,07	943.665,73	2.070.000,00	1.500.000,00	1.560.000,00	1.622.400,00				
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	649.932,08	890.646,07	943.665,73	2.070.000,00	1.500.000,00	1.560.000,00	1.622.400,00				
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-				
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-				
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS		41.513.168,95	41.588.866,89	46.113.611,64	51.005.000,00	53.716.527,62	55.987.316,35	59.156.149,83				

NOTA: Conforme consta na página 79 da 14ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, não se aplica, para fins de estimativas de metas fiscais da LDO a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas específicas do RPPS

CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS										Valores em R\$ 1,00	
Código até 2022	Código a partir de 2023		ARRECADADA 2022	ARRECADADA 2023	ARRECADADA 2024	REESTIMADO 2025	PROJETADO 2026	PROJETADO 2027	PROJETADO 2028		
1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	1.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	3.297.718,17	4.913.964,86	3.778.919,19	6.400.000,00	6.896.693,67	6.299.656,07	6.663.203,89		
1.2.1.8.0.1.0.0.0.0.00.00	1.2.1.5.0.0.0	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos sandões)	1.161.952,88	1.259.211,90	1.314.261,78	1.400.000,00	1.580.547,79	1.701.831,30	1.848.717,73		
1.3.2.1.0.0.4.0.0.0.00.00	1.3.2.1.04.0.0	Ratificação do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	2.019.220,85	3.504.659,27	2.140.317,43	4.100.000,00	3.804.656,43	4.035.979,54	4.281.387,10		
1.3.6.0.0.0.0.0.0.0.00.00	1.3.6.1.0.0.0	Cessão de Direitos / Venda de Cotas de Aposentados e Pensionistas	-	-	-	-	-	-	-		
1.3.9.0.0.0.0.0.0.0.00.00	1.3.9.0.00.0	Demais Receitas Patrimoniais do RPPS	-	-	-	-	-	-	-		
1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	1.6.9.9.99.0.0	Demais Serviços	-	-	-	-	-	-	-		
1.9.1.0.0.0.0.0.0.0.00.00	1.9.1.1.00.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais recebidas pelo RPPS	307,90	-	-	-	-	-	-		
1.9.2.0.0.0.0.0.0.0.00.00	1.9.2.2.00.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-	-	-	-		
1.9.9.0.0.1.0.0.0.0.00.00	1.9.9.01.0	Aportes Periódicos para Amortização do Déficit Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência e sistemas de Proteção Social	-	-	-	-	-	-	-		
1.9.9.0.0.3.0.0.0.0.00.00	1.9.9.03.0	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	116.236,54	150.193,69	323.439,98	900.000,00	511.389,64	531.845,23	553.119,04		
1.9.9.0.99.0.0.0.0.00.00	1.9.9.99.0.0	Outras Receitas (demais receitas diversas do RPPS)	-	-	-	-	-	-	-		
2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	2.0.0.0.0.0	Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-		
2.2.1.8.0.1.0.0.0.0.00.00	2.2.1.01.0	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-		
2.2.1.8.0.1.2.0.0.0.00.00	2.2.1.02.0	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-		
2.2.1.0.0.0.0.0.0.0.00.00	2.2.1.00.0	Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-		
2.2.2.0.0.0.0.0.0.0.00.00	2.2.2.1.01.0	Amortização de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-		
2.3.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	2.3.1.00.0	Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-		
2.9.9.0.0.0.1.01.00.00	2.9.9.99.0	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	2.850.814,63	2.862.604,93	3.223.288,07	3.200.000,00	3.558.661,65	3.701.008,33	3.849.046,64		
7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	7.0.0.00.0	Receitas Correntes Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-		
		Receitas Correntes Intergovernamentais - Primárias	-	-	-	-	-	-	-		
		Receitas Correntes Intergovernamentais - Financeiras/Não Primárias	2.850.814,63	2.862.604,93	3.223.288,07	3.200.000,00	3.558.661,65	3.701.008,33	3.849.046,64		
8.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	8.0.0.00.0	Receitas de Capital Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-		
		Receitas de Capital Intergovernamentais - Primárias	-	-	-	-	-	-	-		
		Receitas de Capital Intergovernamentais - Financeiras / Não Primárias	-	-	-	-	-	-	-		
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	9.0.0.0.0.0	(R) Deduções da Receita - Dígitos com Sinal Negativo	-	-	428.158,10	200.000,00	(236.783,34)	(246.254,67)	(256.104,89)		
9.1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.00	9.1.3.2.1.0.0.0	Deduções da Receita de Rendimentos de Aplicações do RPPS	0,00	0,00	-428.158,10	-200.000,00	(236.783,34)	(246.254,67)	(256.104,89)		
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	9.1.0.0.0.0.0	Demais Deduções da Receita Corrente do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-		
9.2.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	9.2.0.0.0.0.0	Demais Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-		
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS PELO RPPS			4.012.767,71	4.121.816,83	6.573.149,16	9.400.000,00	9.218.472,38	9.724.409,73	10.276.147,83		

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - do RPPS

Código	Descrição	PAGA 2022	PAGA 2023	PAGA 2024	PAGA(Estim) 2025	PROJETADO 2026	PROJETADO 2027	PROJETADO 2028	Valores em R\$ 1,00
3.0.0.0.0.0.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.934.444,13	3.560.237,75	4.197.550,90	5.040.000,00	5.066.603,17	6.484.314,53	6.924.542,92	
3.1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.924.680,08	3.536.033,63	4.161.021,12	5.000.000,00	5.027.433,50	6.413.214,17	6.880.433,09	
3.1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Pessoal do R P P S	2.924.680,08	3.536.033,63	4.161.021,12	5.000.000,00	5.027.433,50	6.413.214,17	6.880.433,09	
3.1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Pessoal - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-	
3.1.91.0.0.0.0.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-	
3.2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-	
3.2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-	
3.2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-	
3.2.91.0.0.0.0.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.764,05	25.204,12	36.529,78	40.000,00	39.169,67	41.100,37	44.109,83	
3.3.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	-	-	-	-	-	-	-	
3.3.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-	
3.3.91.0.0.0.0.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-	
4.0.0.0.0.0.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	
4.0.0.0.0.0.0.00.00.00	INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	
4.4.0.0.0.0.0.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-	

73

4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS		2.934.444,13	3.560.237,75	4.197.550,90	5.040.000,00	5.066.603,17	5.454.314,53	5.924.542,92

Município de : Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO		2026	2027	2028
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias e recursos do RPPS)		57.350.135,90	60.966.165,76	65.372.702,77
II - DEDUÇÕES				
Deduções da Receita Corrente		6.996.257,22	7.317.290,24	7.709.780,26
Outras deduções		-	-	-
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)		50.353.878,68	53.648.875,52	57.662.922,51
(-) Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3110)		630.000,00	655.200,00	681.408,00
V - Receita Corrente Líquida para Fins de Endividamento		49.723.878,68	52.993.675,52	56.981.514,51
(-) Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3120) e (-) 1.7.1.0.00.00.00.00 FR 1604		-	-	-
VI - Receita Corrente Líquida p/Despesas com Pessoal		49.723.878,68	52.993.675,52	56.981.514,51

Município de : Barão

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2026 a 2028

PODER EXECUTIVO			
	2026	2027	2028
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	26.850.894,49	28.616.584,78	30.770.017,83
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	25.508.349,76	27.185.755,54	29.231.516,94
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	24.165.805,04	25.754.926,30	27.693.016,05

PODER LEGISLATIVO			
	2026	2027	2028
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	2.983.432,72	3.179.620,53	3.418.880,87
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	2.834.261,08	3.020.639,50	3.247.946,33
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	2.685.089,45	2.861.658,48	3.077.001,78

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

- a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;
- b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:
- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, **ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição**;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	11.057.016,98	13.847.941,10	17.635.000,00	14.179.986,03	15.220.975,71	15.678.653,91
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	11.057.016,98	13.847.941,10	17.635.000,00	14.179.986,03	15.220.975,71	15.678.653,91
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	3.150.609,11	5.121.740,41	7.420.000,00	5.199.843,79	5.898.391,71	6.172.745,16
Disponibilidade da Caixa Bruta - Exceto RPPS	3.636.425,14	6.284.848,04	8.500.000,00	6.140.424,39	6.975.090,81	7.205.171,73
(-) Restos a Pagar Processados - Exceto restos do RPPS	532.225,11	960.339,05	800.000,00	764.188,05	841.509,03	801.899,03
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	249.177,66	280.000,00	176.592,55	235.190,07	230.527,54
Demais Haveres Financeiros - Exceto RPPS	46.409,08	46.409,08	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	7.906.407,87	8.726.200,69	10.215.000,00	8.980.142,24	9.322.584,00	9.505.908,75
Previsão de comprometimento da RCL com a Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	18,06%	17,59%	16,68%

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida							
Operações de Crédito / Pagamentos	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028	Valores em R\$
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão	
2.1 - Operações de Crédito	3.894.104,79	3.075.200,00	4.700.000,00	2.500.000,00	2.725.000,00	2.963.437,50	
2.2 Encargos - Exceto RPPS	1.111.828,78	723.002,52	1.885.000,00	2.500.000,00	2.725.000,00	2.963.437,50	
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	890.646,07	943.665,73	2.070.000,00	1.500.000,00	1.560.000,00	1.622.400,00	

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável: Fazenda, Data de emissão 18/08/2025 e hora de emissão 08h e 35m

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:
- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham contado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB) x 100	(a / RCL) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	(b / RCL) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100	(c / RCL) x 100
Receita Total (Exceto Fontes RPPS)	55.831.527,62	53.684.161,17		112,28%	56.805.105,38	52.519.513,11		107,19%	61.008.492,61	54.236.327,78		107,07%
Receitas Primárias (Exceto Fontes RPPS) - I	52.796.635,32	59.892.140,89		106,18%	56.237.733,23	51.994.945,66		106,12%	60.406.667,49	53.701.307,44		106,01%
Receitas Primárias Correntes	49.820.986,38	57.030.939,99		100,20%	53.083.583,37	49.078.756,81		100,17%	57.063.260,59	50.729.030,88		100,14%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.595.649,96	5.380.432,66		11,25%	6.346.885,41	5.868.052,33		11,98%	7.416.996,71	6.593.683,07		13,02%
Transferências Correntes	42.498.742,14	40.864.175,14		85,47%	44.917.327,17	41.528.593,91		84,76%	47.728.963,78	42.430.875,00		83,76%
Demaís Receitas Primárias Correntes	1.726.594,27	1.660.186,80		3,47%	1.819.370,79	1.682.110,57		3,43%	1.917.300,10	1.704.472,81		3,36%
Receitas Primárias de Capital	2.975.648,94	2.861.200,90		5,98%	3.154.149,86	2.916.188,85		5,95%	3.343.406,90	2.972.276,56		5,87%
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	53.716.527,62	51.650.507,33		108,03%	55.987.316,35	51.763.421,18		105,65%	59.156.149,83	52.589.601,79		103,82%
Despesas Primárias (Exceto Fontes RPPS) - II	49.716.527,62	47.804.353,49		99,99%	51.702.316,35	47.801.697,81		97,56%	54.570.312,33	48.512.808,95		95,77%
Despesas Primárias Correntes	41.180.252,10	39.596.396,25		82,82%	43.695.100,22	40.398.576,39		82,45%	47.143.627,67	41.910.513,33		82,73%
Pessoal e Encargos Sociais	17.673.742,13	16.993.982,82		35,54%	19.029.938,70	17.594.248,06		35,91%	20.672.428,21	18.377.713,41		36,28%
Outras Despesas Correntes	23.506.509,97	22.602.413,44		47,27%	24.665.161,52	22.804.328,33		46,54%	26.471.199,46	23.532.799,93		46,46%
Despesas Primárias de Capital	8.536.275,52	8.207.957,23		17,17%	8.007.216,13	7.403.121,42		15,11%	7.426.684,66	6.602.295,62		13,03%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%
Receita Total (Com Fontes RPPS)	9.218.472,38	8.863.915,75		18,54%	9.724.409,73	8.990.763,43		18,35%	10.276.147,69	9.135.457,87		18,03%
Receitas Primárias (Com Fontes RPPS) - III	5.650.599,29	5.433.268,55		11,36%	5.934.684,86	5.486.949,76		11,20%	6.250.885,45	5.557.014,40		10,97%
Despesa Total (Com Fontes RPPS)	5.066.603,17	4.871.733,82		10,19%	5.454.314,53	5.042.820,39		10,29%	5.924.542,92	5.266.897,08		10,40%
Despesas Primárias (Com Fontes RPPS) - IV	5.066.603,17	4.871.733,82		10,19%	5.454.314,53	5.042.820,39		10,29%	5.924.542,92	5.266.897,08		10,40%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	3.080.107,69	12.087.787,41		6,19%	4.535.416,88	4.193.247,85		8,56%	5.836.355,16	5.188.498,49		10,24%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = V + (III - IV)	3.664.103,81	12.649.322,14		7,37%	5.015.787,20	4.637.377,22		9,46%	6.162.697,69	5.478.615,81		10,82%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	532.892,30	512.396,44		1,07%	565.292,15	522.644,37		1,07%	422.623,64	375.710,88		0,74%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	2.500.000,00	2.403.846,15		5,03%	2.725.000,00	2.519.415,68		5,14%	2.963.437,50	2.634.485,15		5,20%
Dívida Pública Consolidada (DC)	14.179.986,03	13.634.601,95		28,52%	15.220.975,71	14.072.647,66		28,72%	15.678.653,91	13.938.266,24		27,52%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	8.980.142,24	8.634.752,15		18,06%	9.322.584,00	8.619.252,96		17,59%	9.505.908,75	8.450.718,26		16,68%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.234.857,76	1.187.363,23		2,48%	-342.441,76	-316.606,66		-0,65%	-183.324,74	-162.975,03		-0,32%

FONTE: Sistema contábil, Unidade Responsável Fazenda, Data da emissão 18/08/2025 e hora de emissão 11 e 15m

NOTA 1 : A elaboração desse demonstrativo seguiu a metodologia de cálculo disposta no Item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não foram consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo do Resultado Primário acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Primário abaixo da linha.

NOTA 2: Conforme consta na página 89 da 14ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.

Nota 3: foi considerada a projeção da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, ou seja, após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores

constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2022, 2023 e 2024) e os valores reestimados para o exercício atual (2025), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeio. Quanto aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Assecuraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 2,00%, 2,00% e 2,00% e das taxas de inflação (IPCA), de 4%, 4% e 4%, respectivamente, cujas projeções extraídas do "Relatório Focus" divulgados pelo Banco Central do Brasil, verificadas em 12/08/2025.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 699/2023. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisito por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2026. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 10,00%, 9,00% e 8,75%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 12/08/2025.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2025, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 Na **A Tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa que servirão de base para os dados apresentados neste demonstrativo.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na

Tabela 05.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AValiação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas		% PIB	% RCL	Metas		% PIB	% RCL	Variação	
	Previstas em 2024				Realizadas em 2024				Valor	
	(a)				(b)				(c) = (b-a)	%
									(c/a) x 100	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	47.950.000,00			120,74%	49.339.326,14			1.389.326,14	2,90%	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	42.328.939,55			106,59%	45.753.004,07			3.424.064,52	8,09%	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	46.475.704,04			117,03%	46.113.611,64			-362.092,40	-0,78%	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	45.035.537,01			113,40%	44.446.943,39			-588.593,62	-1,31%	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	55.035.000,00			138,58%	55.912.475,30			877.475,30	1,59%	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	47.199.878,41			118,85%	52.326.153,23			5.126.274,82	10,86%	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	50.817.000,00			127,96%	50.311.162,54			-505.837,46	-1,00%	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	48.876.832,97			123,07%	48.644.494,29			-232.338,68	-0,48%	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-2.706.597,46			-6,82%	1.306.060,68			4.012.658,14	-148,25%	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-4.383.552,02			-11,04%	4.987.719,62			9.371.271,64	-213,78%	
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.726.432,61			19,46%	13.847.941,10			6.121.508,49	79,23%	
Dívida Consolidada Líquida - DCL	3.296.898,74			8,30%	8.726.200,69			5.429.301,95	164,68%	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-4.871.853,74			-12,27%	-819.792,82			4.052.060,92	-83,17%	

FONTE: Sistema contábil, Unidade Responsável Fazenda, Data da emissão 18/08/2025 e hora de emissão 16 e 10m

Valor da Receita Corrente Líquida Prevista para 2024	39.713.360,87
Valor da Receita Corrente Líquida Arrecadada em 2024	44.212.109,19

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2024), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

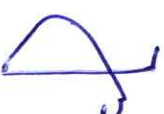
7

Assim, conforme demonstrado, o resultado primário de 2024 ficou em R\$ 1.306.060,68, valor superior à meta estabelecida para o ano, que era de R\$ -2.706.597,46. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento em relação ao valor consignado no orçamento.

A dívida consolidada totalizou R\$ 13.847.941,10, valor superior a previsão de R\$ 7.726.432,61 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento dos desembolsos.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2024, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 3.296.898,74. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ 8.726.200,69.



METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO			VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	47.833.265,50	47.950.000,00	0,24%	51.819.132,17	8,07%	55.831.527,62	7,74%	56.805.105,38	1,74%	61.008.492,61	7,40%	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	41.344.070,38	42.328.939,55	2,38%	45.769.597,65	8,13%	52.796.635,32	15,35%	56.237.733,23	6,52%	60.406.667,49	7,41%	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	47.833.265,50	46.475.704,04	-2,84%	51.819.132,17	11,50%	53.716.527,62	3,66%	55.987.316,35	4,23%	59.156.149,83	5,66%	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	47.973.265,50	45.035.537,01	-6,12%	47.715.664,17	5,95%	49.716.527,62	4,19%	51.702.316,35	3,99%	54.570.312,33	5,55%	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	54.068.000,00	55.035.000,00	1,79%	59.850.000,00	8,75%	62.472.388,84	4,60%	63.409,73	5,49%	10.276.147,69	5,67%	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	45.678.804,88	47.199.878,41	3,33%	51.001.455,94	8,05%	5.650.599,29	-88,92%	5.934.684,86	5,03%	6.250.885,45	5,33%	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	54.068.000,00	50.817.000,00	-6,01%	59.850.000,00	17,78%	5.066.603,17	-91,53%	5.454.314,53	7,65%	5.924.542,92	8,62%	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	53.208.000,00	48.876.832,97	-8,14%	52.013.758,87	6,42%	5.066.603,17	-90,26%	5.454.314,53	7,65%	5.924.542,92	8,62%	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-6.629.195,12	-2.706.597,46	-59,17%	-1.946.066,52	-28,10%	3.080.107,69	-258,27%	4.535.416,88	47,25%	5.836.355,16	28,68%	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V) = (V) + (III - IV)	-14.158.390,24	-4.383.552,02	-69,04%	-2.958.369,45	-32,51%	3.664.103,81	-223,86%	5.015.787,20	36,89%	6.162.697,69	22,87%	
Dívida Pública Consolidada (DC)	10.655.125,26	7.726.432,61	-27,49%	10.782.844,12	39,56%	14.179.986,03	31,51%	15.220.975,71	7,34%	15.678.653,91	3,01%	
Dívida Consolidada Líquida - DCI	3.456.722,60	3.296.898,74	-4,62%	7.461.844,53	126,33%	8.980.142,24	20,35%	9.322.584,00	3,81%	9.505.908,75	1,97%	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0	159.823,86	0,00%	2.693.161,14	1585,08%	1.234.857,76	-54,15%	-342.441,76	-127,73%	-183.324,74	-46,47%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	52.935.544,26	50.155.700,00	-5,25%	51.819.132,17	3,32%	53.684.161,17	3,60%	52.519.513,11	-2,11%	54.236.327,78	3,27%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	45.754.159,68	44.276.070,77	-3,23%	45.769.597,65	3,37%	59.892.140,89	30,86%	60.406.667,49	0,86%	53.701.307,44	-11,10%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	52.935.544,26	48.613.586,43	-8,16%	51.819.132,17	6,59%	51.650.507,33	-0,33%	51.763.421,18	0,22%	52.589.601,79	1,60%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	53.090.477,78	47.107.171,71	-11,27%	47.715.664,17	1,29%	47.804.353,49	0,19%	47.801.697,81	-0,01%	48.512.808,95	1,49%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	59.835.325,42	57.566.610,00	-3,79%	59.850.000,00	3,97%	8.863.915,75	-85,19%	8.990.763,43	1,43%	9.135.457,87	1,61%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	50.551.271,64	49.371.072,82	-2,33%	51.001.455,94	3,30%	5.433.268,55	-89,35%	5.486.949,76	0,99%	5.557.014,40	1,28%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	59.835.325,42	53.154.582,00	-11,17%	59.850.000,00	12,60%	4.871.733,82	-91,86%	5.042.820,39	3,51%	5.266.897,08	4,44%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	58.883.590,94	51.125.167,29	-13,18%	52.013.758,87	1,74%	4.871.733,82	-90,63%	5.042.820,39	3,51%	5.266.897,08	4,44%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-7.336.318,11	-2.831.100,94	-61,41%	-1.946.066,52	-31,26%	12.087.787,41	-721,14%	4.193.247,85	-65,31%	5.188.498,49	23,73%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-15.668.637,41	-4.585.195,41	-70,74%	-2.958.369,45	-35,48%	12.649.322,14	-527,58%	4.637.377,22	-63,34%	5.478.615,81	18,14%
Dívida Pública Consolidada (DC)	11.791.686,16	8.081.848,51	-31,46%	10.782.844,12	33,42%	13.634.601,95	26,45%	14.072.647,66	3,21%	13.938.266,24	-0,95%
Dívida Consolidada Líquida - DCI	3.825.444,29	3.448.556,08	-9,85%	7.461.844,53	116,38%	8.634.752,15	15,72%	8.619.252,96	-0,18%	8.450.718,26	-1,96%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	167.175,76	0,00%	2.693.161,14	1510,98%	1.187.363,23	-55,91%	-316.606,66	-126,66%	-162.975,03	-48,52%

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2026), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2023, 2024 e 2025), bem como para os dois seguintes (2027 e 2028), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2023, 2024 e 2025 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO. E no que tange às previsões para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital		11.958.648,05	77,22%	36.231.883,36	302,98%	32.292.032,68	89,13%
Reservas		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado		3.527.651,54	22,78%	(24.273.235,31)	-202,98%	3.939.850,68	10,87%
Ajustes de Exerc. Anteriores		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL		15.486.299,59	100,00%	11.958.648,05	100,00%	36.231.883,36	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital		(1.235.474,34)	166,28%	(1.744.631,12)	141,21%	(1.946.035,48)	111,54%
Reservas		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado		492.446,10	-66,28%	509.156,78	-41,21%	201.404,36	-11,54%
Ajustes de Exerc. Anteriores		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL		(743.028,24)	100,00%	(1.235.474,34)	100,00%	(1.744.631,12)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital		10.723.173,71	72,73%	34.487.252,24	321,61%	30.345.997,20	87,99%
Reservas		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado		4.020.097,64	27,27%	(23.764.078,53)	-221,61%	4.141.255,04	12,01%
Ajustes de Exerc. Anteriores		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL		14.743.271,35	100,00%	10.723.173,71	100,00%	34.487.252,24	100,00%

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável Fazenda, Data da emissão 19/08/2025 e hora de emissão 08h e 05m.

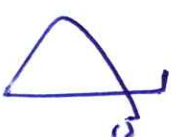
O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2022, 2023 e 2024), para fins do disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 1135, está sobre a gestão do Fundo Previdência Social do Município - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2022 a 2024, aponta que o saldo patrimonial decresceu de R\$ 34.487.252,24 em 31.12.2022 para R\$ 14.743.271,35 em 31.12.2024.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' followed by a horizontal line and a small 'no'.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS		2024	2023	2022
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2022				18.005,76
RECEITAS DE CAPITAL				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
Alienação de Bens Móveis		-	217.000,00	387.100,00
Alienação de Bens Imóveis			217.000,00	387.100,00
Alienação de Bens Intangíveis				
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens		2.262,82	20.682,79	3.010,07
TOTAL		2.262,82	237.682,79	408.115,83
DESPESAS EXECUTADAS		2024	2023	2022
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
DESPESAS DE CAPITAL		76.774,98	568.036,46	3.250,00
Investimentos		76.774,98		3.250,00
Inversões Financeiras			568.036,46	
Amortização da Dívida				
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.		-	-	-
Regime Geral de Previdência Social				
Regime Próprio dos Servidores Públicos				
TOTAL		76.774,98	568.036,46	3.250,00
SALDO FINANCEIRO		-	74.512,16	404.865,83

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável Fazenda, Data da emissão 19/08/2025 e hora de emissão 11h e 10m.

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2022, 2023 e 2024).

A despesas executadas compreendem as despesas líquidas somadas às despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, por conta dos recursos de alienação de ativos.

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Barão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024	
RECEITAS CORRENTES (I)	0	0	0	0
Receita de Contribuições dos Segurados	0	0	0	0
Civil	0	0	0	0
Ativo	0	0	0	0
Inativo	0	0	0	0
Pensionista	0	0	0	0
Militar	0	0	0	0
Ativo	0	0	0	0
Inativo	0	0	0	0
Pensionista	0	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	0	0	0	0
Civil	0	0	0	0
Ativo	0	0	0	0
Inativo	0	0	0	0
Pensionista	0	0	0	0
Militar	0	0	0	0
Ativo	0	0	0	0
Inativo	0	0	0	0
Pensionista	0	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0	0
Receitas Imobiliárias	0	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0	0

Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹

Demais Receitas Correntes

RECEITAS DE CAPITAL (III)

Alienação de Bens, Direitos e Ativos

Amortização de Empréstimos

Outras Receitas de Capital

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS

Benefícios - Civil

Aposentadorias

Pensões

Outros Benefícios Previdenciários

Benefícios - Militar

Reformas

Pensões

Outros Benefícios Previdenciários

Outras Despesas Previdenciárias

Compensação Previdenciária do PDBS para o PCBS

Demais Despesas Previdenciárias

TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS**VALOR**

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar

Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos

Outros Aportes para o RPPS

Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro

BENS E DIREITOS DO RPPS

Caixa e Equivalentes de Caixa



Investimentos e Aplicações
Outro Bens e Direitos

24.958.427,53
34.774,84

29.174.759,57
39.574,67

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados	6.148.533,00	7.776.569,79	
Civil	1.161.952,88	1.259.211,90	
Ativo	1.161.952,88	1.259.211,90	
Inativo	888.188,76	926.824,65	
Pensionista	245.445,47	296.645,04	
Militar	28.318,65	35.742,21	
Ativo	0	0	
Inativo	0	0	
Pensionista	0	0	
Receita de Contribuições Patronais	2.850.814,83	2.862.604,93	
Civil	2.850.814,83	2.862.604,93	
Ativo	2.850.814,83	2.862.604,93	
Inativo	0	0	
Pensionista	0	0	
Militar	0	0	
Ativo	0	0	
Inativo	0	0	
Pensionista	0	0	
Receita Patrimonial	2.019.220,85	3.504.559,27	
Receitas Imobiliárias	0	0	
Receitas de Valores Mobiliários	2.019.220,85	3.504.559,27	
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	
Receita de Serviços	0	0	
Outras Receitas Correntes	116.544,44	150.193,69	
Compensação Previdenciária do RGP5 para o RPPS	116.236,54	150.193,69	
Demais Receitas Correntes	307,90	0	
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0	0	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	
Amortização de Empréstimos	0	0	
Outras Receitas de Capital	0	0	

70

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		2022	2023	2024
Benefícios - Civil		2.924.680,08	3.535.033,63	
Aposentadorias		2.606.714,09	3.144.229,61	
Pensões		317.965,99	390.804,02	
Outros Benefícios Previdenciários		0	0	
Benefícios - Militar		0	0	
Reformas		0	0	
Pensões		0	0	
Outros Benefícios Previdenciários		0	0	
Outras Despesas Previdenciárias		9.764,05	25.204,12	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		9.764,05	25.204,12	
Demais Despesas Previdenciárias		0	0	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)		2.934.444	3.560.237,75	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²		3.214.089	4.216.332,04	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS		2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		1.386.207,89	1.365.363,61	
Recursos para Formação de Reserva		0	0	
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES		0	0	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0	0	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (XIII)		0	0	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)		0	0	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)		0	0	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)		0	0	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício)

	0	0	0
	0	0	0
	0	0	0

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias s (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício
2024	4.853.715,27	4.375.968,67	477.746,60	31.558.514,01
2025	4.373.267,22	4.360.326,96	12.940,26	32.036.260,61
2026	4.727.428,91	4.286.453,74	440.975,17	32.049.200,87
2027	4.825.980,19	4.246.905,37	579.074,82	32.490.176,04
2028	4.934.081,23	4.209.363,15	724.718,08	33.069.250,86
2029	5.048.512,71	4.177.614,61	870.898,10	33.793.968,94
2030	5.173.213,42	4.233.437,28	939.776,14	34.664.867,04
2031	5.294.562,29	4.309.510,39	985.051,90	35.604.643,18
2032	5.415.828,93	4.330.385,52	1.085.443,41	36.589.695,08
2033	5.542.821,32	4.483.245,08	1.059.576,24	37.675.138,49
2034	5.663.679,97	4.610.514,98	1.053.164,99	38.734.714,73
2035	5.781.670,76	4.645.375,37	1.136.295,39	39.787.879,72
2036	5.914.965,13	4.753.525,08	1.161.440,05	40.924.175,11
2037	6.060.246,39	4.942.802,92	1.117.443,47	42.085.615,16
2038	6.181.907,02	4.963.853,50	1.218.053,52	43.203.058,63
2039	6.344.378,97	5.170.708,14	1.173.670,83	44.421.112,15
2040	6.429.044,45	5.400.534,04	1.028.510,41	45.594.782,98
2041	6.549.417,06	5.466.684,80	1.082.732,26	46.623.293,39
2042	6.703.124,64	5.591.483,22	1.111.641,42	47.706.025,65
2043	6.829.188,29	5.608.565,69	1.220.622,60	48.817.667,07
2044	6.996.754,68	5.969.311,08	1.027.443,60	50.038.289,67
2045	7.099.423,45	6.094.861,95	1.004.561,50	51.065.733,27
2046	7.243.405,12	6.136.576,08	1.106.829,04	52.070.294,77
2047	7.412.777,56	6.403.507,85	1.009.269,71	53.177.123,81
2048	7.559.446,84	6.624.628,55	934.818,29	54.186.393,52
2049	7.656.215,76	6.879.547,69	776.668,07	55.121.211,81
2050	7.766.426,08	7.049.530,02	716.896,06	55.897.879,88
2051	7.908.311,46	7.085.187,21	823.124,25	56.614.775,94
2052				57.437.900,19

7

2053	8.048.514,83	7.039.868,76	1.008.646,07	58.446.546,26
2054	8.189.528,26	7.253.453,63	936.074,63	59.382.620,89
2055	8.312.360,27	7.271.368,24	1.040.992,03	60.423.612,92
2056	8.411.983,90	7.096.020,67	1.315.963,23	61.739.576,15
2057	8.551.515,56	7.205.631,71	1.345.883,85	63.085.460,00
2058	8.725.326,73	6.779.736,81	1.945.589,92	65.031.049,92
2059	8.638.524,77	6.669.756,92	1.968.767,85	66.999.817,77
2060	8.819.323,55	6.772.861,66	2.046.461,89	69.046.279,66
2061	8.847.602,47	6.998.434,24	1.849.168,23	70.895.447,89
2062	8.981.729,80	6.822.514,72	2.159.215,08	73.054.662,97
2063	9.109.121,68	6.802.068,66	2.307.053,02	75.361.715,99
2064	9.226.853,88	6.794.794,83	2.432.059,05	77.793.775,04
2065	9.441.857,92	6.458.228,66	2.983.629,26	80.777.404,30
2066	4.852.421,09	5.777.440,87	-925.019,78	79.852.384,52
2067	4.694.636,91	5.575.983,77	-881.346,86	78.971.037,66
2068	4.334.331,29	4.758.835,42	-424.504,13	78.546.533,53
2069	4.208.331,03	4.045.086,90	163.244,13	78.709.777,66
2070	4.189.828,75	4.000.578,51	189.250,24	78.899.027,90
2071	4.177.509,33	3.502.135,89	675.373,44	79.574.401,34
2072	4.186.660,30	3.406.706,10	779.954,20	80.354.355,54
2073	4.226.793,31	3.076.129,04	1.150.664,27	81.505.019,81

FONTE: Cálculo Atuarial.

NOTA:

1 Como a Portaria MTP 1.467/2022 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa líquida (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

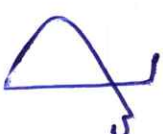
Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MTP 1.467/2022 o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2022, 2023 e 2024; e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2024.



Município de Barão

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
		Contribuintes que optarem pelo pagamento à vista		-	-	
		Contribuintes em débito		-	-	Vide Obsevação
		Aposentados e Pensionistas de baixa renda		-	-	abaixo
TOTAL			-	-	-	-
Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmnn/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>						
Nota 1: Os valores da renúncia para 2026 foram previstos de acordo com informações da Administração Tributária do Poder Executivo.						
2 - Os valores da renúncia projetados para 2027 e 2028, foram calculados a partir dos valores de 2026 aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:						
Inflação para 2027:		4,00%				
Inflação para 2028:		4,00%				

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores que serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão

o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

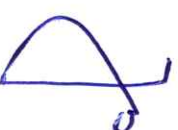
A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de Iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelecem o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, *proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição*, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.



Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2026
Aumento Permanente da Receita	(477.985,00)
Decorrente de Receitas Tributárias	191.428,04
Decorrente de Transferências Correntes	(669.413,04)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	41.906,18
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(436.078,82)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(436.078,82)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(376.493,75)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	95.852,82
Relativas a Outras Despesas Correntes	(472.346,56)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável Fazenda, Data da emissão 20/08/2025 e hora de emissão 15h e 30m.

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2026 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2025-2026

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2026, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2025-2026 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. **Quando for positivo** é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2026

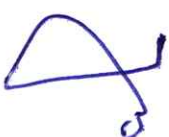
ARF (LRF, art 4º, § 3º)				R\$ 1,00
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS		
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Demandas Judiciais	30.000,00	Abertura e créditos mediante utilização da reserva de contingência	30.000,00	
Dívidas em Processo de Reconhecimento				
Avais e Garantias Concedidas				
Assunção de Passivos				
	40.000,00	Abertura e créditos mediante utilização da reserva de contingência	40.000,00	
Assistências Diversas				
Outros Passivos Contingentes				
SUBTOTAL	70.000,00	SUBTOTAL	70.000,00	
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS		
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Frustração de Arrecadação	700.000,00	Limitação de empenho e abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	700.000,00	
Restituição de Tributos a Maior	5.000,00	Abertura de créditos adicionais mediante a utilização da reserva de contingência	5.000,00	
Discrepância de Projeções:	105.000,00	Abertura de créditos adicionais mediante a utilização da reserva de contingência	105.000,00	
Outros Riscos Fiscais	100.000,00	Abertura de créditos adicionais mediante a utilização da reserva de contingência	100.000,00	
SUBTOTAL	910.000,00	SUBTOTAL	910.000,00	
TOTAL	980.000,00	TOTAL	980.000,00	

70

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possível obrigações em 2026, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município da entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2026.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas (abertura de créditos especiais e/ou extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).



0

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

ANEXO IV

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2026		
			ATÉ EXERC ANTERIOR 2024	NO EXERCÍCIO DE 2025	A EXECUTAR EM 2026	PROJETOS EM EXECUÇÃO	DO CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
RUA COBERTA I	2026	496.104,00	0,00%	0,00%	100,00%	0	0,00%	496.104,00
RUA COBERTA II	2026	1.093.547,93	0,00%	0,00%	100,00%	0	0,00%	1.093.547,93
PAV. ASFALTICA VILA RICA	2026	1.298.902,95	0,00%	0,00%	100,00%	0	0,00%	1.298.902,95
REFORMA COZINHA EMEIF N.BOURSCHEID	2026	65.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	100,00%	65.000,00
REFORMA EMEIF CARLOS GOMES	2026	200.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	0,00	100,00%	200.000,00
PRAÇAS E PARQUES PÚBLICOS	2026	150.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	0,00	100,00%	150.000,00
PARADAS DE ÔNIBUS	2026	40.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	0	0,00%	40.000,00
CICLOVIA BUARQUE DE MACEDO	2026	606.739,63	0,00%	0,00%	100,00%	0	0,00%	606.739,63
CENTRO CULTURAL	2024	300.000,00	20,00%	50,00%	30,00%	90.000,00	0,00%	0,00
CENTRO REABILITAÇÃO	2025	100.000,00	0,00%	30,00%	70,00%	70.000,00	0,00%	0,00
CEMITÉRIO PÚBLICO	2026	150.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	0	0,00%	150.000,00
IMPLANTAÇÃO SINALIZAÇÃO TURISTICA	2026	216.089,78	0,00%	0,00%	100,00%	0	0,00%	216.089,78
AQUISIÇÃO RESERVATÓRIOS 10000 E 20000 L.	2026	168.589,92	0,00%	0,00%	100,00%	0	0,00%	168.589,92
PAVIMENTAÇÃO AVENIDA CENTRAL	2026	375.710,96	0,00%	0,00%	100,00%	0	0,00%	375.710,96
MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	2026	150.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	0,00	100,00%	150.000,00
IMPLANTAÇÃO DE PLACAS ENERGIA SOLAR	2026	2.500.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	0	100,00%	2.500.000,00
INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED	2026	250.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	0	100,00%	250.000,00
CALÇAMENTOS/ASFALTOS	2026	225.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	0	100,00%	225.000,00
REFORMA EMEIF BARÃO VELHO	2025	339.950,00	0,00%	50,00%	50,00%	169.975,00	100,00%	0,00
Total dos Recursos a Priorizar na LOA						329.975,00		7.985.685,17

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA:

OBJETIVO:

Tipo (*)	Ação Produto	Unidade de Medida	Meta Física Valor	2026
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
TOTAL DO PROGRAMA =====>				

(*) Tipo: P – Projeto OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária